

“Que eu saiba, água não faz monte”: perspectivas em
conflito no processo de implementação da UHE Cachoei-
ra no rio Parnaíba (PI/MA)

Clarisse Cavalcante Kalume¹

Resumo

O presente trabalho lança alguns apontamentos sobre as diferentes perspectivas de desenvolvimento, conservação e manejo ambientais e direitos territoriais identificados nos discursos dos atores envolvidos em um projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Cachoeira, no rio Parnaíba (PI/MA). A partir do estudo de caso de dois povoados ribeirinhos a serem atingidos pelo empreendimento, as vilas da Manga do Piauí e da Manga do Maranhão, é possível identificar alguns dos pressupostos que sustentam e legitimam esse tipo de intervenção, a despeito da insatisfação de comunidades atingidas e do reconhecimento dos impactos socioambientais. As vilas da Manga são dois antigos povoados agrícolas frontalmente assentados às margens do rio Parnaíba, divisa dos estados do Piauí e Maranhão. Esta especificidade geográfica enseja a origem comum dos povoados e o intenso contato e identificação entre suas margens, o que confere ao Parnaíba a dupla condição de elo e fronteira entre suas populações “beiradeiras”. Considerando as vilas da Manga com um locus privilegiado de análise, é possível compreender alguns dos mecanismos de resistência daqueles que poderão ser atingidos, bem como de assimilação do discurso propalado pelos empreendedores do complexo hidrelétrico pela população local, e desvelar as relações de poder subjacentes às suas reações e expectativas.

¹ Mestra no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Rural do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Hidrelétrica Boa Esperança (PI/MA), comunidades atingidas, relações de poder.

Abstract

The present work brings into discussion some issues about the different development perspectives, environmental handling and conservation and territorial rights identified in the speeches of the actors involved in a Project to implement the Cachoeira Hydroelectric Plant, in the Parnaíba river (PI/MA). From a study case of two riverine communities to be struck by this Project, the Manga villages in Piauí and Maranhão, it is possible to identify some assumptions that support and legitimate this type of intervention, despite the dissatisfaction of the communities involved and the acknowledgment of the Socio-environmental impacts. The Manga villages are two old and small rural settlements located in the riverbanks of the Parnaíba river, on the border of the states Piauí and Maranhão. This geographic specificity propiciates the common origin of the communities and the intense contact and identification between the two sides of the river. Parnaíba is, therefore, both a link and a frontier to its riverine people. Considering the Manga villages a privileged place for analysis, it is possible to comprehend some resistency mechanisms as well as the assimilation of the hydroelectric plant complex entrepreneurs' speech by the locals and also to unveil the underlying power relations to their reactions and expectations.

Keywords: Parnaíba river, hydroelectric plant of Boa Esperança, Manga villages (PI/MA).

Introdução

A intenção deste trabalho é expor e problematizar as disputas entre as perspectivas de desenvolvimento, conservação e manejo ambientais e direitos territoriais, envolvidas no processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica (UHE) Cachoeira, projeto a ser instalado entre os estados do Piauí e Maranhão, na região do Médio Parnaíba, a partir do estudo de caso de duas comunidades atingidas: as “vilas da Manga”, duas localidades rurais ao sul dos estados do Piauí e Maranhão, compostas por dois povoados homônimos e frontalmente assentados às margens do rio Parnaíba.

As vilas da Manga ficaram assim conhecidas por serem uma rota de travessia de boiadas entre as então Províncias do Piauí e Maranhão, ambas pertencentes ao Estado do Grão-Pará e, posteriormente, ao Estado do Maranhão e Piauí até serem definitivamente desmembradas em 1774. O gado, oriundo dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, per-

manecia alguns dias em um cercado² às margens do rio Parnaíba, onde era alimentado e amansado antes de chegar a seu destino, a região de Pastos Bons, no Maranhão. Nessa região, o Parnaíba sofre um ligeiro estreitamento de seu canal e as rochas afloradas e bancos de areia formam ilhas que também facilitavam a passagem das boiadas, especialmente na estiagem, entre os meses de julho e novembro.

Segundo Silva (1992), a ocupação da região principia no lado maranhense em meados do século XVIII, como atesta uma de suas poucas construções originais, uma pequena igreja de Nossa Senhora da Conceição, fundada pelos jesuítas. Apesar do intenso esvaziamento demográfico, especialmente no Piauí, as vilas da Manga são o marco histórico do povoamento dos dois municípios aos quais pertencem atualmente: Barão de Grajaú (MA) e Floriano (PI). A Manga do Piauí foi elevada à categoria de vila em 1864, com povoamento expressivo (cerca de sete mil habitantes) e todo o aparato administrativo condizente a esta condição, até a transferência da comarca para Colônia de São Pedro de Alcântara, atual Floriano, em 1890. Hoje a população oscila em torno dos 350 habitantes no Piauí e 600 no Maranhão.

Compreendida na zona de transição de dois biomas, o cerrado e a caatinga, a região tem clima quente e seco na maior parte do ano, especialmente entre agosto e novembro, com período de chuvas concentrado entre os meses de dezembro e fevereiro. A maior parte dos solos é raso, com rochas afloradas (litossolos), conhecidas como “chapadas”. A agricultura normalmente é praticada nas áreas mais próximas ao rio Parnaíba, onde as terras são reconhecidas pelos próprios agricultores como mais férteis e úmidas. Os gêneros agrícolas cultivados são basicamente o milho, o feijão, o arroz, a mandioca-brava, para a produção de farinha, e a macaxeira (aipim). A pesca e a criação de animais de pequeno porte voltados quase exclusivamente ao abastecimento interno são praticadas em menor escala, bem como a caça e o extrativismo, principalmente de coco-babaçu para produção de óleo culinário. Até a década de 1970 a agricultura de vazante era uma prática corrente, e grande variedade de verduras e legumes era produzida nos lamaçais e brejos resultantes das cheias, mas a instalação da UHE de Boa Esperança alterou sobremaneira o ciclo de cheias do Parnaíba, impossibilitando a atividade à jusante de boa parte do rio.

Além das atividades econômicas acima referidas, a renda é complementada pelo trabalho em fazendas ou em casas de veraneio na função de

² A expressão “manga” significa este cercado, existente dos dois lados do rio para evitar a dispersão do rebanho.

caseiros, vaqueiros, roceiros e empregadas domésticas em regime contínuo ou de diárias. Alguns projetos de produção de frutas para exportação – manga, coco, melancia, entre outras – absorvem uma parte da mão de obra local. Em ambos os casos, as condições de trabalho são em geral intermitentes e precárias. Alguns poucos cargos públicos servem de postos de trabalho e muitos moradores estão inscritos em programas de proteção social como o Bolsa Família, além do auxílio externo proveniente de familiares que trabalham na “rua” – sinônimo de centro urbano na linguagem local – de modo geral, na construção civil.

Em março de 2010 foram realizadas audiências públicas nas cidades de Floriano e Barão de Grajaú para discutir a viabilidade do projeto da UHE Cachoeira com a população local. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do empreendimento³, o reservatório da UHE Cachoeira será formado por um trecho do rio Parnaíba de 62 km de extensão compreendido entre os municípios de Barão de Grajaú e São João dos Patos (MA) e Floriano, Jerumenha e Guadalupe (PI), e sua área total será de 42,08 km². A UHE Cachoeira integra um conjunto de cinco empreendimentos hidrelétricos na bacia hidrográfica do rio Parnaíba, entre os estados do Piauí e Maranhão. Este projeto faz parte das políticas de fomento à produção de energia elétrica previstas até 2015 no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), visando atender às demandas de expansão da fronteira agrícola da soja no sul dos estados⁴ e de implementação do programa Luz Para Todos no Piauí⁵. As cinco usinas previstas são as de Ribeiro Gonçalves (113 MW) e Uruçuí (134 MW) à montante da UHE Boa Esperança, e as de Cachoeira (63 MW), Estreito (56 MW) e Castelhana (64 MW) à jusante, totalizando cerca de 430 MW de capacidade instalada⁶, além dos 237 MW produzidos atualmente pela UHE Boa Esperança.

Caso a obra ocorra⁷, cerca de 1.316 habitantes, dos quais foram considerados 130 famílias na área urbana e 199 na área rural, serão afetados e,

³ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projeteq), p. 33.

⁴ Para uma análise da inserção atual do Piauí nos grandes projetos de desenvolvimento, ver Sousa, M. Sueli e Waddington, M.T.R., *Cinco Barragens no Parnaíba e as Populações Quilombolas e Agricultores Tradicionais no Piauí*, Anais da X Reunião Antropologia do Mercosul, Curitiba, 2011

⁵ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projeteq), p. 24

⁶ Idem, p. 20

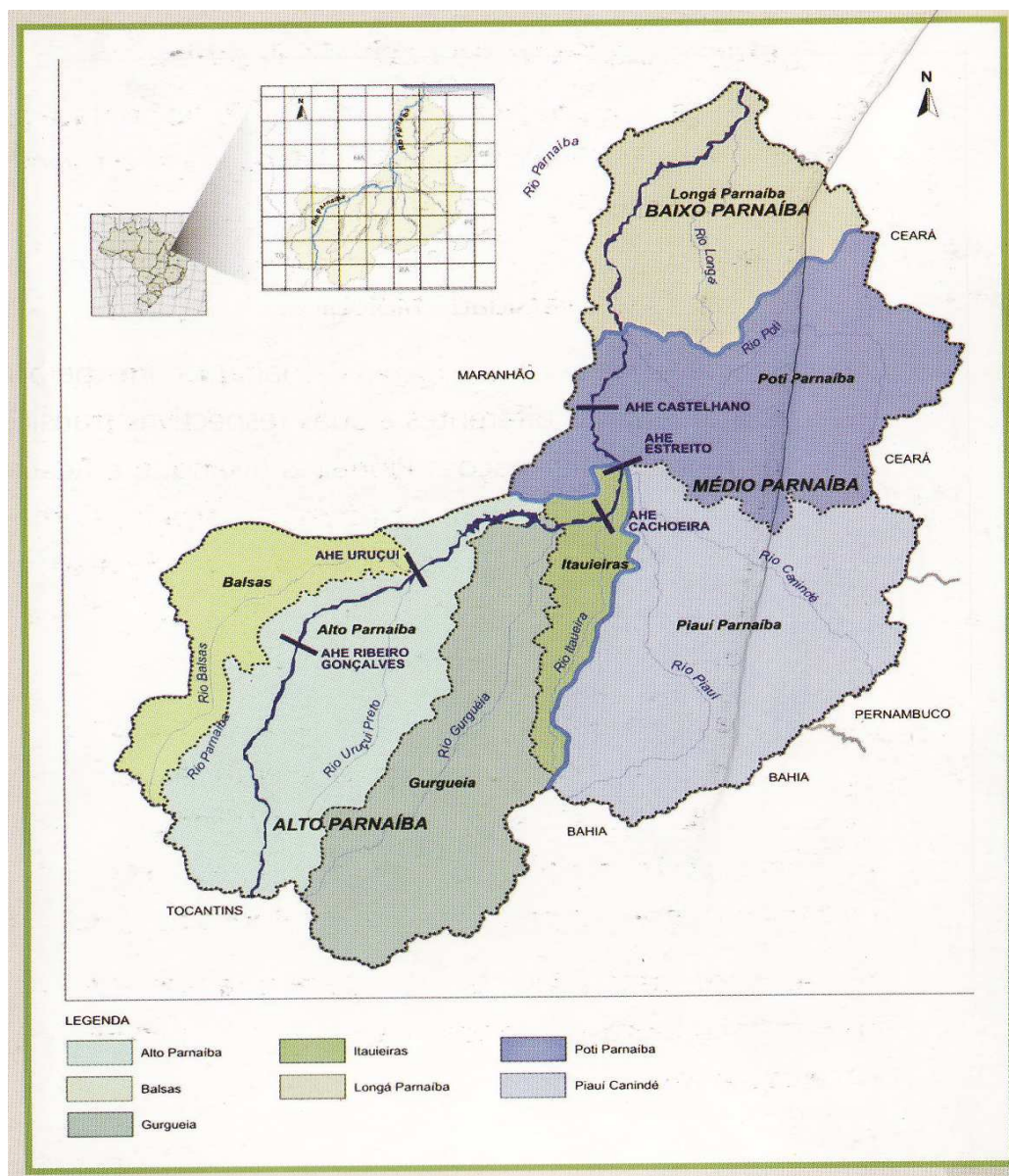
⁷ A usina já está licenciada pelo IBAMA para instalação, contudo, a viabilidade econômica do empreendimento está sendo questionada. Após dois leilões (o último em dezembro/2011), nenhuma empreiteira (mesmo a Queiroz Galvão, responsável pelo EIA/RIMA)

entre estes, 117 famílias, ou seja, aproximadamente 468 habitantes serão remanejados⁸. Com relação a estes números, a população local vem questionando os levantamentos dos empreendedores, apresentados no EIA/RIMA, estimando um número consideravelmente maior de atingidos.

O mapa a seguir ilustra as localizações previstas para cada usina do complexo hidrelétrico da bacia do rio Parnaíba e sua composição. Esta projeção compõe o inventário hidrelétrico do projeto e está disponível no Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

assumiu o empreendimento, aparentemente pela desvantajosa relação custo-benefício da concessão.

⁸ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projotec), p. 70



(Figura 1) Localização do complexo hidrelétrico na bacia do rio Parnaíba. In: Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projete).

A presença do Parnaíba entrecortando as vilas é um fator determinante de sua complexidade territorial: o rio é a fronteira natural e oficial entre

os estados do Piauí e Maranhão, inserindo os povoados em distintas circunscrições político-administrativas. No entanto, pelas circunstâncias de sua fundação, “as vilas da Manga” figuram na percepção local, sob muitos aspectos, como um mesmo povoado. Desde sua origem até os dias de hoje, a reprodução social dos povoados não prescinde da intensa comunicação entre as margens. O Parnaíba, paradoxalmente à sua condição de divisa interestadual, é o elo natural entre os povoados, o único rio perene de uma região de transição entre o cerrado e o semiárido. Em torno dele, os laços culturais e afetivos que engendram esse sentimento de pertencimento comum são permanentemente resgatados.

A construção do reservatório provoca, além das remoções previstas, mudanças significativas na paisagem, o que pode alterar substancialmente os modos de vida tradicionais da população local. O estreito corredor de água corrente com pequenas ilhas que permitem fluidez nos deslocamentos e visão integrada do espaço, condições que ensejaram a tessitura social da região, dará lugar ao lago artificial, o que, além de comprometer profundamente as condições para a atividade agrícola e pesqueira, desagregará de modo permanente a identidade local.

Perspectivas em conflito no processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica de Cachoeira

Para os fins deste trabalho, alguns trechos do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Cachoeira e de depoimentos dos locais, colhidos nas entrevistas de campo, serão transcritos como expoentes das disputas político-ideológicas deste processo e analisados à luz de algumas contribuições relevantes na área.

As entrevistas foram realizadas entre julho de 2010 e dezembro de 2011, totalizando quatro idas a campo em diferentes períodos do ano, permitindo a observação dos ciclos de cheia e estiagem do rio, o acompanhamento da atividade agrícola, o fluxo de veranistas e outras expressões da sazonalidade no cotidiano local. Além das áreas centrais dos dois povoados, também foram realizadas entrevistas nos povoados de Boa Vista e Prensa, localizados na margem piauiense, por indicação dos locais, que percebem a área da Manga como todos os territórios compreendidos entre o riacho Corrente e o rio Gurgueia, que são organizados sob uma mesma associação de moradores, tendo a localidade da Manga como “sede”. No Maranhão, a área da Manga é igualmente demarcada por dois

riachos que deságuam no rio Parnaíba, mas não são reconhecidos outros povoados dentro dela.

Há depoimentos extraídos de todos estes registros, mas especialmente concentrados nas duas primeiras visitas à localidade, em julho e setembro de 2010, pois a realização recente do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e das audiências públicas tornaram a pauta de Cachoeira candente e a ansiedade indisfarçável. Nesse período, muitas vezes nem era necessário iniciar formalmente a entrevista: os locais tocavam no assunto espontânea e recorrentemente, e uma roda de conversa informal entre eles convertia-se em farto material de análise. Os depoimentos foram registrados em cadernos de campo, gravações em áudio e vídeo, além de um vasto material fotográfico.

O último campo, entre novembro e dezembro de 2011, foi o mais longo e teve algumas peculiaridades em relação aos anteriores, como os festejos de Nossa Senhora da Conceição da Manga, a festa lúdico-religiosa mais tradicional da região. Esse ambiente, somado ao fato de que a maior parte dos locais já tinha sido entrevistada nas outras visitas, criou condições para um campo onde a observação e, em certa medida, a participação no cotidiano local tiveram preponderância sobre a abordagem direta e os depoimentos. Este foi um campo de imersão que permitiu a apreensão de muitos aspectos do universo social e simbólico que se expressam nesta tradição religiosa.

As entrevistas foram realizadas, em geral, na casa dos entrevistados, indicados pelos próprios locais na maior parte das vezes. Não havia um roteiro fixo de perguntas, mas as falas eram conduzidas a partir das experiências e percepções dos entrevistados em torno de três eixos principais: organização social, aspectos culturais e identitários, e expectativas relativas à construção da barragem de Cachoeira. A abordagem e os objetivos das entrevistas variavam de acordo com o papel do entrevistado dentro da estrutura social, sendo a maior parte trabalhadores rurais ativos e aposentados, donas de casa, pescadores, eclesiásticos, veranistas, agentes de saúde, estudantes, professores, entre outros.

O RIMA é uma síntese do EIA requerido e avaliado pelo IBAMA em qualquer processo de licenciamento de obras potencialmente geradoras de impactos para o ambiente. É esse o material disponibilizado e discutido nas audiências públicas e geralmente a única fonte de informações “oficiais” sobre o empreendimento a que a população atingida tem acesso. Nesse material, onde as informações de cunho técnico são praticamente suprimidas, chama atenção a qualidade das imagens, ressaltando a beleza das paisagens e da flora/fauna da região. A linguagem é simpli-

ficada e assume um tom apologético, referindo-se tanto aos eventuais benefícios da usina quanto às riquezas naturais e histórico-culturais locais que o empreendimento vem a alterar ou suprimir, o que imprime uma conotação ambígua ao texto. A dimensão dos impactos socioambientais gerados pelo empreendimento é sutilmente camuflada no texto, insinuando que o mesmo não entraria em conflito direto com os interesses locais.

Alguns trechos selecionados exemplificam o exposto acima (grifos da autora):

A decisão de construir uma usina hidrelétrica tem a marca da necessidade. Uma nação em busca de energia⁹.

O título “Relatório de Impacto Ambiental – RIMA” parece complicado, mas não é. Ele diz o seguinte: aqui se encontram resumidas as mudanças causadas no meio ambiente e na vida das pessoas pela implantação e o funcionamento do Aproveitamento Hidrelétrico de Cachoeira, e quais são os benefícios que a população pode esperar do empreendimento¹⁰.

É interessante perceber que tais pressupostos sustentam e legitimam projetos como este, a despeito da insatisfação ou insegurança de comunidades atingidas, bem como dos reconhecidos impactos sobre a biodiversidade. O argumento central é que não há desenvolvimento sem produção de energia e que eventuais prejuízos socioambientais seriam compensados pelos benefícios como geração de empregos, diversificação das fontes de renda, qualificação profissional, melhoria nos serviços fundamentais, entre outros, satisfazendo assim a todos os interesses “nacionais” (geração de energia) e “locais/regionais” (melhores condições de vida para a população local):

Vale destacar que o AHE Cachoeira é um projeto de desenvolvimento para a Região Nordeste, especialmente, e para o país, como um todo, por conta do aumento significativo de energia que irá gerar para o Sistema

⁹ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projotec), p.11

¹⁰ Ibidem, p.13

Interligado Nacional (SIN). Mas é preciso que ele também se torne um projeto de desenvolvimento para a região onde se pretende construí-lo. Com o aumento da população, os serviços locais terão que crescer. Será inevitável: Cachoeira deverá avançar em educação, saúde, assistência social e infraestrutura¹¹.

O que este cenário de satisfação integral escamoteia é a própria assimetria de poderes envolvida nos processos de licenciamento e instalação de empreendimentos como este. Na maioria dos casos, os grupos atingidos não têm qualquer poder de veto sobre a obra de uma UHE e, via de regra, não conseguem fazer valer seus interesses na negociação de modificações expressivas nos projetos ou mesmo de soluções adequadas para minimizar a violação de direitos inerente à condição de atingido.

A categoria “atingido” é um conceito que evoca diretamente o debate sobre reconhecimento e legitimação de direitos de seus depositários e vem sofrendo profundas transformações e alargamento nos últimos 30 anos (VAINER, 2008). A concepção de atingido ultrapassa as abordagens “patrimonial-territorialista” e hídrica, que o restringiam aos sujeitos que sofriam perdas de propriedade na área inundada (e, portanto, passíveis de indenização) e passa a abranger outras esferas de vulnerabilidades sociais e econômicas que o empreendimento determina. Entre elas são consideradas as mudanças abruptas nos modos de vida tradicionais que implicam inúmeras perdas imateriais, simbólicas, como, por exemplo, as alterações nos ciclos da pesca e agricultura das populações à jusante da barragem. As consequências sobre a agricultura de vazante para as populações à jusante introduzem neste debate uma perspectiva temporal, que situa os impactos dos diferentes estágios de funcionamento da usina, desde a insegurança e paralisação que acompanha o processo de licenciamento, passando pela instalação – que determina os deslocamentos compulsórios – até sua efetiva operação (VAINER, 2008).

Diante de um quadro de dramática transformação em seus modos de vida, aos ribeirinhos resta reivindicar que se cumpram os acordos de minimização dos impactos, mas a instalação só pode ser suspensa caso haja alguma irregularidade grave no processo de licenciamento ambiental ou se forem identificadas falhas estruturais de segurança no projeto.

Nas audiências públicas realizadas nas cidades de Floriano (PI) e Barão de Grajaú (MA) a consulta à população local e demais interessados so-

¹¹ Ibidem, p. 85.

bre a viabilidade da barragem registrou inúmeros questionamentos sobre a fragilidade dos dados apresentados no EIA/RIMA, a pertinência do empreendimento em relação ao custo-benefício apresentado, bem como a insegurança dos atingidos quanto às estratégias de mitigação de impactos propostas. Contudo, a obra foi licenciada pelo IBAMA de forma que pode ser considerada arbitrária, sem a inclusão de qualquer modificação sugerida, a despeito da clara discrepância entre os interesses dos empreendedores e a capacidade de intervenção da população atingida. O RIMA assim define o licenciamento ambiental:

O licenciamento ambiental é a principal ferramenta que a sociedade tem para controlar a manutenção de boas condições ambientais, o que está diretamente ligado com a saúde pública e com boa qualidade de vida para a população. Ao receber a Licença Ambiental, o empreendedor assume compromissos com a manutenção da qualidade ambiental do local em que se instala.¹²

No tópico intitulado “Por que usina hidrelétrica?”¹³ há uma explícita defesa da necessidade de incremento na produção de energia e da matriz energética hidrelétrica sem qualquer problematização ou ressalva:

Para continuar crescendo, o Brasil precisa produzir mais energia elétrica. Só assim o país será capaz de continuar desenvolvendo sua economia, produzindo e gerando empregos, dando melhores condições sociais e econômicas para sua população.

(...)

Existem várias maneiras de produzir energia: a partir da queima de combustíveis fósseis (petróleo e derivados, gás natural, carvão), a partir das reações em átomos ou a partir de fontes alternativas como o sol, o vento e as marés. Todas elas possuem vantagens e desvantagens, mas a energia hidrelétrica, gerada a partir da água em movimento, oferece a melhor relação de custo-benefício para o nosso país.

¹² Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projotec), p. 18.

¹³ Idem, p. 18.

Cerca de 90% da energia gerada no Brasil vem de usinas hidrelétricas. Existe sentido neste fato: o território brasileiro possui grandes rios, como o rio Paraná, o rio São Francisco e também o Parnaíba, fato que gera condições ideais para a construção de barragens e usinas hidrelétricas. Mais barata, confiável e segura, a hidrelétrica também não polui. É por isso, inclusive, que ela é conhecida como a energia mais limpa de todo o mundo.

(...)

Atualmente a Região Hidrográfica do Parnaíba não é autossuficiente em energia, apresentando índices de demanda e consumo ainda considerados baixos.¹⁴

A Justificativa apresentada no RIMA segue alegando que este aumento na produção de energia elétrica seria essencial para o fortalecimento do chamado agronegócio, sobretudo no tocante à expansão da “fronteira agrícola”, com a monocultura da soja:

(...) a falta de energia elétrica também tem sido uma das principais limitações ao desenvolvimento da agroindústria na região. Isso acontece especialmente no plantio de frutas, porque sem energia elétrica fica mais difícil desenvolver os projetos de irrigação do solo.

(...)

Com a implantação de grandes fazendas de soja nas chapadas, o avanço da fronteira agrícola no sul dos estados do Maranhão e do Piauí tem crescido. Isso tem gerado melhorias na economia e nos negócios e o aumento da população vinda de fora da bacia. Portanto, será necessário produzir mais energia para atender essa população maior.¹⁵

Os sentidos atribuídos ao rio e à experiência ribeirinha não são os mesmos que mensuram a viabilidade de uma usina hidrelétrica num dado trecho fluvial nem podem ser avaliados pelos Estudos de Impacto

¹⁴ Ibidem, p. 23.

¹⁵ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projeteq), p. 24.

Ambiental (EIAs) promovidos por seus interessados de forma imparcial. Acserald (2004), citando Georgescu-Roegen, faz referência às duas concepções da questão ecológica: uma que defende a necessidade de economizar os recursos naturais, dada sua inegável finitude, e outra que discute as finalidades de sua apropriação. A segunda formulação pode ser interessante na análise de discursos favoráveis à geração de energia hidrelétrica para problematizar a própria necessidade de incremento constante desta produção e os objetivos a que se destina. No RIMA da UHE Cachoeira, defende-se que as áreas alagadas não representariam maiores prejuízos para a biodiversidade e que este aspecto teria sido cuidadosamente considerado na escolha do local de instalação. Além disso, estratégias de compensação como criação de “corredores ecológicos”¹⁶ estão previstos no projeto. Os argumentos que compõem esse discurso conformam as duas ideias de natureza nas quais se assenta o modelo hegemônico de apropriação do meio biofísico: uma “natureza natural”, à qual se destinam os esforços de conservação, e uma “natureza ordinária”, sujeita aos imperativos econômicos e à flexibilização das normas de proteção ao meio ambiente (ACSERALD, 2004). Segundo esta visão, ambientes como o encontrado nas vilas da Manga pertenceriam a esta segunda ordem de natureza – ou natureza de “segunda ordem” – passíveis de alteração, pois a condição de “natureza intocada” (DIEGUES, 1996) já teria sido maculada pela intervenção humana.

Alier (2007) identifica três principais correntes ambientalistas e as disputas ideológicas envolvidas na formulação de suas respectivas concepções de natureza. Na corrente intitulada culto ao silvestre prevalece a ideia de que a interferência humana na natureza deve ser eliminada ou minimizada ao máximo. Esta corrente encontra respaldo científico na biologia da conservação que, por meio de indicadores próprios, avalia o crescimento populacional humano por si só como um risco de perda irreparável na biodiversidade. A polarização ser humano / natureza se expressa na ideia de que a interferência do ser humano sobre o ambiente é necessariamente negativa. Sob esta ótica, o ser humano deve estar, na medida do possível, apartado dos redutos de natureza original, mantidos por meio de uma política de criação de áreas de conservação, como parques e reservas florestais.

No evangelho da ecoeficiência, a natureza é incorporada à lógica capitalista e disponibilizada ao ser humano na forma de “recursos”. Uma das preocupações centrais dessa linha ambientalista é a busca de “soluções ecológicas” para os problemas ambientais ocasionados pela ação huma-

¹⁶ Idem, p. 49.

na, como a reciclagem do lixo e o reflorestamento. Seu vocabulário gerencial é amplamente difundido, incluindo expressões como “desenvolvimento sustentável”, “modernização ecológica”, “serviços ambientais”, “capital natural”, entre outros (ALIER, 2007). A natureza é uma fonte de recursos apropriáveis e integrantes ao mercado. Contudo, dada sua limitação, estes devem ser explorados da maneira mais eficiente possível. Essa perspectiva, um tanto utilitarista da natureza, parece o mais palatável dos discursos ambientais na atualidade, pois sustenta a compatibilidade de crescimento econômico com proteção ambiental, servindo aos interesses hegemônicos globais.

Podemos identificar nestas correntes as concepções de natureza assinaladas por Acserald (2004): uma “natural”, onde a condição de “intocada” justifica os esforços de conservação, e outra “ordinária”, sujeita à apropriação para diversos fins, uma vez já assumida a intervenção humana. Alguns trechos do RIMA apontam para esta segunda perspectiva ao defender os projetos hidrelétricos como a alternativa de produção de energia mais sustentável, se feita de forma “eficiente e responsável” – princípio fundante da ecoeficiência – nos locais onde há melhor relação custo-benefício em termos de impacto ambiental, ou seja, onde essa “natureza ordinária” predomina:

Nenhuma Unidade de Conservação está dentro ou próxima das áreas de inundação do AHE Cachoeira.¹⁷

No inventário hidrelétrico, definido como a “primeira fase dos estudos sobre as hidrelétricas, onde se escolhem os locais mais apropriados para a construção da barragem”¹⁸, o discurso “ecoficiente” de otimização do aproveitamento de recursos naturais (melhores custos econômicos/menores prejuízos ambientais) é evocado:

Os impactos ao meio ambiente também foram considerados em função da comparação entre as áreas alagadas pelas barragens estudadas e seus respectivos locais de inundação, ou seja, os estudos analisaram se estes locais iriam alagar cidades ou vilas, áreas de importância turística, histórica ou arqueológica, lugares

¹⁷ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projeteq), p. 47

¹⁸ Idem, p. 29

importantes para a conservação da natureza etc. O resultado final desse trabalho foi que se escolheram locais onde a produção de energia fosse a mais alta e os prejuízos ao meio ambiente fossem os mais baixos possíveis.¹⁹

Nas referências à flora local, a intervenção humana é sempre apontada como um fator negativo. Cita-se o exemplo dos babaçuais, sem mencionar a prática tradicional do extrativismo, realizada majoritariamente em campos de babaçu nativos:

(...) os problemas existentes pela ocupação das terras pelas pessoas que vivem na região, como nas áreas de pecuária, onde o gado é solto para pastar no meio do mato, ou, quando na época da seca, o mato é queimado para se plantar as roças, acabaram por deixar as áreas de cerrado mais “abertas” e pobres. Assim, uma menor quantidade de tipos de plantas ocorre aí.

O babaçal é uma floresta aberta onde só se encontra, praticamente, a palmeira babaçu. Nessas áreas o homem já habita há muito tempo, e a quantidade de babaçus é sempre aumentada quando se utiliza o fogo para a abertura de terras para plantio de roças. A maior parte desse ambiente, com a retirada da mata, tem dado lugar a pastagens e a agricultura.²⁰

A conclusão do inventário das espécies parece reiterar a propriedade da escolha do local uma vez que:

Comparando-se com as áreas das outras usinas hidrelétricas que estão sendo estudadas, a de Cachoeira é a que tem menor número de tipos de plantas e animais²¹

¹⁹ Idem, p. 29.

²⁰ Ibidem, p. 56.

²¹ Ibidem, p.57.

Alier (2007) afirma ainda que, a despeito de partirem de perspectivas distintas, o culto ao silvestre e o evangelho da ecoeficiência podem se aliar em alguns pontos, como na defesa da criação de parques ou reservas florestais como estratégias de compensação ambiental, por exemplo. É o que se percebe no trecho a seguir:

Como medida de compensação pelas áreas de vegetação de transição cerrado-caatinga que poderão ser inundadas pela usina de Cachoeira se propõe a criação de uma nova UC²² numa região de vegetação do mesmo tipo, na bacia do rio Canindé-Piauí que poderá ampliar as áreas protegidas deste corredor.²³

A terceira corrente ambientalista identificada por Alier (2007) é o ecologismo dos pobres. Segundo o autor, muitas comunidades tradicionais mantêm secularmente uma relação parcimoniosa e sustentável com o meio ambiente, posto que a natureza representa, acima de tudo, sua fonte de subsistência. De acordo com esta perspectiva, práticas de manejo menos agressivas e discursos ecológicos se justificam não por uma ideologia conservacionista em si, que polariza ser humano e natureza, mas, sobretudo, por uma preocupação pragmática relacionada à sua sobrevivência material e reprodução de seus modos de vida. O autor argumenta ainda que a preocupação com o meio ambiente sempre foi vista sob um viés elitista, forjando uma tendência ao não reconhecimento do caráter ambientalista de muitas reivindicações populares.

Esta visão é endossada pela ideia de que uma população carente não teria condições de encampar um discurso ecológico, pois a necessidade de sobreviver obscurece preocupações de outras ordens. O meio ambiente, no entanto, é parte destas preocupações imediatas de muitos grupos tradicionais e preservá-lo é condição sine qua non para sua reprodução social. A causa ambiental torna-se assim uma questão política e se insere em um contexto mais abrangente de reivindicações, como o reconhecimento de direitos territoriais de populações tradicionais e a reforma agrária (ALIER, 2007).

²² Unidade de Conservação.

²³ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projotec), p. 49.

Uma significativa produção acadêmica latino-americana tem tratado a questão ambiental a partir desta perspectiva. Em um estudo de caso sobre o patrimônio biocultural de populações indígenas no México, Eckart Boege (2008) defende a imprescindibilidade do reconhecimento de práticas tradicionais de agricultura para a conservação da agrobiodiversidade desenvolvida em seus próprios territórios. Bidaseca (2010) discute amplamente a incorporação do pluralismo jurídico nas constituições latino-americanas, as transformações instauradas pela Convenção 169 da OIT no reconhecimento dos direitos indígenas e os desafios implicados na definição e convívio destas distintas ordens jurídicas, remontando aos limites e abrangência das ideias de Estado e Direitos Humanos Universais. A perspectiva sobre a relação ser humano/natureza discutida pela ecologia política introduz neste debate novos atores e transcende o enquadramento da natureza como “natural” ou “ordinária” como assinala Acserald (2004). A importância atribuída à natureza advém de uma necessidade direta, necessidade esta que delinea muitas formas de sociabilidade:

Não tem condição da gente deixar a roça aqui e ir pro meio da chapada. Lá é tudo seco, não vai dar pra plantar nada. (...) Farinhada nem vai ter mais porque não vai ter como plantar mandioca. (M. L. B., 2010)

Eu acho que a pesca vai ficar completamente prejudicada. Peixe grande mesmo não vai sobrar. Eu vivo da pesca, pesco o ano inteiro: acaba o surubim a gente vai pro piau, acaba o piau, a gente pega o branquinho. Aqui não dá pra viver só de roça não. A terra não é boa pra plantar: é só maria-preta e chapada. (J. S., 2010)

Nós já temos tudo plantadinho aqui. Pra começar tudo de novo é arriscado a gente morrer sem ver a roça dar alguma coisa! Até banana demora pra dar... E a gente vai mudar daqui pra viver de que aí no meio da chapada? Tingui, pequi, maria-preta²⁴?! (G. P. S., 2010)

Para além dessa “consciência ecológica” inerente à práxis salientada por Alier (2007), outra relação com o ambiente pode ser observada. Para os habitantes da vila da Manga, o rio Parnaíba não é apenas uma fonte de água ou um depósito de peixes comercializáveis e tampouco uma vitrine de biodiversidade. O Parnaíba é um personagem socioambiental, prota-

²⁴ Referência às frutas típicas do cerrado e da caatinga.

gonista de lendas e histórias repletas de significados. Represar as águas correntes do “Velho Monge”²⁵ é como encarcerá-lo, constrangê-lo, transfigurá-lo em uma tristonha paisagem lacustre. Um simbolismo desta magnitude não consta nas linhas do EIA/RIMA nem poderia ser mensurado pelas formalidades regulatórias de empreendimentos com finalidades tão destoantes das perspectivas e valores locais:

Toda a minha vida é na beira desse rio. Eu vou no rio várias vezes por dia, pra lavar roupa, me refrescar desse calor... dá pra pegar um peixe quando a gente enjoa de comer criação... às vezes eu vou só pra olhar (risos)! Tem indenização que pague isso não! Nossa riqueza é esse rio aí. (G. P. S., 2010)

Antes da Boa Esperança a água vinha até aqui “ó” (aponta para determinada altura na rocha do cais). Até na seca, ele não baixava mais que isso não. Com mais cinco barragens como é que vai ser? Eu fico triste de ver o Parnaíba seco desse jeito, me dá até um aperto. Um rio desse, como é que pode? (Z.C., 2010)

Percebe-se, a partir do trecho da entrevista acima transcrito, outro aspecto marcante no caso em estudo: a “semiexperiência” representada pela UHE Boa Esperança. A área alagada para a construção desta usina, localizada a cerca de 80 km à montante do rio, não implicou deslocamentos compulsórios na região pesquisada. As memórias sobre sua construção, entretanto, são vivas e estão na base da resistência à instalação da nova usina.

As expectativas sobre as mudanças decorrentes da construção da UHE Cachoeira estão intimamente relacionadas à experiência com a UHE Boa Esperança, pois a supressão de formas tradicionais de plantio e a redução das áreas próprias para agricultura, que já ocorreram à jusante desta barragem podem se intensificar com um novo represamento. As memórias sobre a usina transcendem as queixas sobre as consequências para a agricultura de vazante, dando voz a um conjunto de percepções e

²⁵ Essa alcunha muito popularizada entre piauienses e maranhenses foi criada pelo poeta Antônio Francisco da Costa e Silva para referir-se ao rio Parnaíba, que por ser longo e contínuo se assemelharia às “barbas de um velho monge”.

imagens sobre o próprio Parnaíba. É patente a ideia de que o rio em si sofre com a barragem, não apenas pela diminuição de espécies ou outros impactos conhecidos, mas por problemas como uma possível alteração em seu curso e volume de água. O rio figura, pois, como um verdadeiro personagem e sujeito das agressões perpetradas, agonizando as perdas atribuídas a UHE Boa Esperança. Em contraposição à experiência local, a abordagem do RIMA destaca os prováveis benefícios do complexo de usinas para o Parnaíba, como o resgate de sua navegabilidade:

Outro fator favorável à construção da usina de Cachoeira e das outras quatro usinas previstas para a região é a possibilidade de concretizar o projeto da Hidrovia do rio Parnaíba. As represas e suas eclusas possibilitariam a navegação de barcos de grande porte numa grande extensão do rio que atualmente não permite a navegação desse tipo de embarcação, pela sua pequena largura e presença de vários bancos de areia, especialmente no trecho do rio que fica abaixo da usina de Boa Esperança²⁶.

Sobre este ponto, duas questões fundamentais são completamente omitidas no texto:

- as eclusas da UHE Boa Esperança nunca foram concluídas, o que já inviabiliza a navegação em boa parte do rio desde sua construção, em 1970;
- estas eclusas mencionadas não fazem parte de nenhum dos cinco projetos em andamento e teriam que ser projetadas e construídas posteriormente, caso houvesse interesse²⁷. A maneira como esse argumento é conduzido leva a crer que as eclusas compõem o projeto original deste complexo hidrelétrico, o que não é expressão da verdade. Não havendo projeto previsto para esta questão de uso para navegabilidade, não há garantias de execução, portanto, não deveria ser induzido como aspecto positivo.

Em sua análise sobre descontinuidades culturais e desenvolvimento econômico, Lévi-Strauss (1976b) identifica três fontes de resistência das

²⁶ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projetec), p. 24

²⁷ Esta é uma das questões apontadas nas atas das audiências públicas da UHE Cachoeira e Estreito.

sociedades tidas como primitivas ao desenvolvimento: a “tendência a preferir a unidade à mudança”, o “respeito pelas forças naturais” e a “repugnância por engajar-se num devir histórico” (LÉVI-STRAUSS, 1976b, p.323). Nestas sociedades, a natureza é o espaço tanto da bestialidade como do sobrenatural: é incivilizada e sagrada em simultâneo. A relação ser humano/natureza que se coloca no desenvolvimentismo vigente pressupõe um domínio facilmente controlável dos fenômenos naturais, como o curso natural de um rio, no caso de uma barragem. Para os locais, os elementos da natureza são sagrados por serem criações divinas e a personificação do rio é expressão dessa sacralidade.

Nas vilas da Manga, as águas do Parnaíba banham terras também consideradas sagradas. Quase toda a área deste povoado foi doada a Nossa Senhora da Conceição da Uhyca da Manga, a santa padroeira da região e pertence, portanto, à Igreja católica, que cede e controla o usufruto das terras. Essa particularidade expõe a iniciativa de construção de uma barragem à resistência prévia dos devotos da “santa”, antes mesmo que se conheça a real dimensão dos prejuízos socioambientais possíveis. Inundar as “terras da Santa” já se mostra condição suficiente para gerar desconfiança e resistência local, especialmente entre os habitantes do lado maranhense. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, edifício de datação mais antiga da região, e o cemitério logo à sua frente estão situados no mesmo nível da maior parte dos domicílios atingidos, mas os laudos técnicos garantem que somente estes serão inundados. Quando indagados sobre a preservação da igreja, a resposta é irônica e conclusiva: “Que eu saiba, água não faz monte”. Ademais, todos os habitantes estão assentados sob a condição de posseiros e o direito de venda é apenas sobre as edificações, pois a propriedade fundiária não é titulada. Esse fato desloca a questão dos direitos territoriais e medidas de compensação pertinentes aos processos de remoção compulsória para outro patamar de discussão. A ocupação tradicional da terra, que legitima em parte sua permanência, também fragiliza a posição dos atingidos nas negociações, uma vez que nenhum dos pequenos proprietários possui título de propriedade sobre as terras que ocupam:

Se tu for ver bem por aí, filha, ninguém é dono de nada aqui... as terra são tudo de Nossa Senhora e essas casas aí são tudo de adobe. Tu acha que eles vão pagar o que por uma casinha dessa?! (M. C. P. S., 2011)

Embora as manifestações de resistência à usina hidrelétrica sejam expressivas, uma parcela significativa dos entrevistados tem projeções otimistas sobre sua instalação, que figura nos discursos como um indicativo de progresso para a região. Ademais, muitos consideram ainda as indenizações como uma oportunidade única de reconstruir suas vidas fora dali, especialmente nos centros urbanos próximos. Percebe-se nesses casos uma sensível convergência entre a perspectiva local e o discurso do governo e demais empreendedores do projeto, onde as expressões “crescimento” e “desenvolvimento” são quase sinônimas:

Eu acho que vai ser muito bom, vai ter mais empregos pro povo não precisar sair daqui, ir pra rua atrás de serviço... Acho que vai ficar um pouco mais perigoso com esse monte de gente, mas violência tem em todo lugar, né? (L. M. S., agosto de 2010).

Eu quero que essa barragem aconteça porque eu acho que vai ter mais dinheiro, mais emprego, é uma obra grande, vai trazer muitos benefícios pra região. E também eu quero mesmo é sair daqui! (risos) Se vier mesmo (a usina) eu vou-me embora daqui, vou pro Barão (Barão de Grajaú) (A. L. S., julho de 2010).

Todos os brasileiros ganharam com o PAC, grande parte deles por serem beneficiados diretamente pelas obras que estão sendo realizadas e os demais, pelo efeito extremamente positivo que o PAC provoca na economia, garantindo crescimento continuado ao país. O melhor balanço é constatar que as brasileiras e os brasileiros estão vivendo muito melhor e que o desenvolvimento chegou a todo o território brasileiro. O Brasil entrou na trajetória contínua do crescimento. E finalmente se tornou o país do presente.²⁸

Porém, nota-se que, independentemente do posicionamento em relação ao projeto, há uma forte convicção de que se mobilizar contra qualquer iniciativa governamental seria em vão. O tom de resignação prevalece nos dois povoados, a cada entrevista. O Estado é o provedor de serviços

²⁸ PAC, Relatórios estaduais/Piauí – últimos 4 anos, p. 2

essenciais, ainda que deficitários, e o maior responsável pela melhoria das condições de vida locais, como atestam os programas sociais como o Bolsa Família. No entanto, é também de sua inteira responsabilidade a autorização ou interdição de uma obra que viola direitos fundamentais dos atingidos. A referência ao “governo” expressa em algumas entrevistas revela as assimetrias de poder presentes nesta relação. O Estado é um agente antiambiental por excelência, uma vez que dele dependem as iniciativas ou concessões para o empreendimento das obras mais devastadoras em termos ecológicos (ALIER, 2007). Ao encampar projetos de desenvolvimento de grande envergadura, ele ocupa um espaço conflituoso seja na esfera mais ampla de debate ambiental, seja nos sentidos e afetos particulares de um povoado como a vila da Manga, surpreendido pela instabilidade de um porvir pleno de contundentes mudanças em suas estruturas de sociabilidade. Trechos de entrevistas revelam a ambivalência da atuação do governo federal, representado simultaneamente pelos atributos da eficiência, seriedade, distanciamento e opressão:

Eu acho engraçado é isso: como é que o IBAMA não deixa a gente pegar um surubim²⁹ e aprova um negócio desse, que vai acabar logo é com tudo que é peixe?! (D.C., 2010)

E vão mesmo fazer essa usina?! Pra quê? Pra acabar de secar o rio?! Se ele já anda do jeito que tá! E a gente vai fazer o que, se a gente vive é de uma coisinha aí que a gente planta, a gente só tem essa roça, essa criaçãozinha.... Vamos sair daqui pra onde?! Pro meio da chapada?! Olha, quando o governo quer matar o povo, ele inventa uma desculpa! (V.F.S., 2010)

Eu acho também que, querendo ou não, a usina vai vir. É obra do governo. O que que a gente pode fazer contra o governo? (J. M. S, 2010)

Considerações finais

²⁹ O entrevistado referia-se à proibição da pesca dessa espécie nos períodos de defeso.

O discurso que defende o aumento da geração de energia elétrica como uma prioridade irrevogável ganha sentido dentro de uma concepção naturalizada de desenvolvimento como crescimento econômico. Lévi-Strauss (1976b) expõe diferentes concepções de desenvolvimento, marcadas pelos binômios superioridade/ inferioridade e atividade/passividade, e identifica a ruptura estabelecida pela teoria marxista, da qual deriva a ideia de complementaridade entre as sociedades “desenvolvidas” e as que elas próprias classificam como “subdesenvolvidas”. Ao situar suas condições históricas e circunstâncias concretas, o autor coloca o problema do desenvolvimento como indissociável de um debate mais amplo sobre o colonialismo. Segundo o autor, a estranheza que se interpõe ao contato entre

as sociedades tidas subdesenvolvidas e a civilização mecânica consiste, sobretudo, no fato de que, nelas, esta civilização mecânica reencontra seu próprio produto, ou, mais precisamente, a contrapartida das destruições que cometeu dentro delas para instaurar sua própria realidade. (LÉVI-STRAUSS, 1976b, p. 320)

No caso em estudo, é mister o cuidado para não incorrer na simplificação dicotômica tradição/modernidade apontada por Arce (2007) quando abordamos a perspectiva local sobre um projeto de cunho desenvolvimentista. O discurso local não é homogêneo tampouco estanque, guardando as contradições próprias da permeabilidade relacional de uma construção identitária permanente (MOREIRA, 2006). Convivem no conjunto de opiniões sobre o projeto tanto uma postura mais reticente quanto expectativas otimistas com relação aos benefícios da obra que remetem à mesma perspectiva de desenvolvimento promovida pelo empreendedor. A geração de emprego e renda é um fator que pesa na avaliação local sobre a barragem, mesmo quando se reconhecem as prováveis interferências em seus modos de vida tradicionais, como foi o caso da agricultura de vazante, que garantia certa autonomia agrícola na região.

O desenvolvimento proposto pelos empreendedores da UHE Cachoeira dá-se, pois, suprimindo formas tradicionais de trabalho e renda, e instaurando outras, o que engendra um sentimento ambíguo quanto à sua necessidade ou inevitabilidade. As ideias de desenvolvimento/ganho e alteração/perda não se dissociam nesse contexto, especialmente pelo

“espaço de experiência” (KOSELLECK, 2006) representado pela UHE Boa Esperança.

Ao expor as perspectivas do conflito de implementação do projeto da UHE Cachoeira, a investigação das especificidades deste caso, em um debate político mais amplo sobre o ecologismo dessas populações atingidas, traz reflexões sobre os impactos que esse tipo de empreendimento ocasiona antes mesmo de sua instalação. À jusante de Boa Esperança e à mercê de Cachoeira, os moradores das vilas da Manga já vivenciam em parte sua condição de atingidos (VAINER, 2008), onde presente e futuro, vivido e imaginado, experiência e expectativa são indissociáveis.

Fontes

Ata da audiência pública das UHEs Cachoeira e Estreito na cidade de Barão de Grajaú (MA), realizada a 02/03/2010.

Ata da audiência pública das UHEs Cachoeira e Estreito na cidade de Floriano (PI), realizada a 01/03/2010.

Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projotec).

Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projotec).

Referências bibliográficas

ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ACSERALD, Henri. Apresentação e As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

_____. Apresentação e Mapeamentos, identidades e territórios. In: idem (org.) **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ARCE, Alberto. “Qué es lo social en los estudios ambientales?”. In: **Gobernabilidad ambiental y desarrollo sostenible en Petén** – memoria III Encuentro sobre desarrollo sostenible en Petén, 2007.

BIDASECA, Karina. La diferencia colonial, el pluralismo jurídico y los derechos humanos. In: idem. **Perturbando el texto colonial: Los estudios (pos) coloniales en América Latina**. SB, Buenos Aires, 2010.

BOEGE, Eckart. Introducción, De la conservación de facto a la conservación in situ e Regiones, territorio, lenguas y cultura de los pueblos indígenas. In: idem. **El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México: Hacia la conservación in situ de la biodiversidad y agrodiversidad en los territorios indígenas**. Instituto Nacional de Antropología e Historia; Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas (2008).

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: idem. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976a.

_____. As discontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico. In: idem. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976b.

MEYER, Doris Rinaldi. **A terra do santo e o mundo dos engenhos – Estudo de uma comunidade rural nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOREIRA, Roberto José. Identidades complexas no conhecimento científico sobre comunidades costeiras. In: AMODEO, N.B.P. e ALIMONDA, Hector. **Ruralidades, capacitação e desenvolvimento**. Viçosa: Ed. UFV, 2006.

SILVA, Inaura Maria de Almeida. **História do município de Barão de Grajaú**. Teresina: Ed. UFPI, 1992.

SOUSA, M. Sueli e WADDINGTON, May. Cinco Barragens no Parnaíba e as Populações Quilombolas e Agricultores Tradicionais no Piauí. **Anais da X Reunião Antropologia do Mercosul**, Curitiba, 2011.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

Artigo recebido para publicação em:

15 de maio de 2013.

Artigo aceito para publicação em:

27 de setembro de 2013.

Como citar este artigo:

KALUME, Clarisse Cavalcante. ““Que eu saiba, água não faz monte”: perspectivas em conflito no processo de implementação da UHE Cachoeira no rio Parnaíba (PI/MA)”. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. especial, pp. 60-85, 2013.